

CONSELHO SUPERIOR DO CONTROLE INTERNO – CSCI

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 2021

No quinto dia do mês de fevereiro de 2021, (05/01/2021), às nove horas, na Sala de Reuniões virtuais do CSCI – Plataforma Microsoft Teams, organizada pelo Secretário Executivo do CSCI, Natalino Gonçalves de Almeida, com assessoria do chefe da ASTI, Leandro Silveira dos Santos e apoio do assessor Jorge Luiz Saab Vitta, reuniram-se os membros do Conselho Superior do Controle Interno – CSCI, para realização da 1ª Reunião Ordinária, presidida pela Controladora-Geral Adjunta do Estado, Marina Hiraoka Gaidarji. Estiveram presentes, os membros natos: Álvaro Carneiro de Oliveira Neto, Ouvidor-Geral do Estado (Decreto “P” nº 1.412, 10/09/2019); Roney Abadio Cândido Dias, Auditor-Geral do Estado (Decreto “P” nº 5.625, de 14/11/2017) e, Luciana da Cunha Araújo de Matos Oliveira, Corregedora-Geral do Estado (Decreto “P” nº 1.192, de 08/12/2020); os membros titulares nomeados pelo Decreto “P” nº 1.318, de 28 de agosto de 2019: Juliana Silva Barbosa, Auditora do Estado, Matrícula nº 98303022; Simone César de Andrade Correa, Auditora do Estado, Matrícula nº 58700022 e membro-suplente Claudemir Moraes Honório, Auditor do Estado, Matrícula nº 84426024, para tratar da seguinte pauta: 1– ABERTURA: verificado o quórum para início da reunião, registrou-se a presença de 07 (sete) Conselheiros, número suficiente para instalação, conforme art. 45 do Regimento Interno da CGE/MS, aprovado pela Resolução CGE/MS nº 017, de 2019. Na sequência, a Presidente do CSCI deu boas-vindas a todos e, solicitou ao Secretário-Executivo que fizesse a leitura da Pauta. 2 - ORDEM DO DIA: 2.1. Assinatura da Lista de Presença: registro em reunião virtual gravada. 2.2. Justificativas de Ausência: Registro de ausência do Presidente do CSCI Carlos Eduardo Girão por motivos de saúde. 2.3. Apresentação, leitura, discussão e votação de matérias: 2.3.1. Este Secretário-Executivo fez a leitura da pauta, qual seja, Proposição acerca de matérias que visem à fixação de orientação técnica, logo após passou a palavra para a Presidente do Conselho Superior que propôs a discussão acerca de matérias que visem à fixação de orientação técnica 2.3.2. A Presidente do CSCI, Marina Hiraoka Gaidarji, sugeriu a criação de videoaulas padronizadas de no máximo 05 (cinco) minutos em plataforma digital, com o fim de orientar os representantes das unidades setoriais e seccionais e atingir um maior número de pessoas, explicar as atribuições básicas, competências e funções do controle interno no âmbito do Poder Executivo Estadual, desde a sua criação, evolução e funcionamento geral. Expor as Atribuições temáticas, indicando orientações por temas, cada área finalística, auditoria, ouvidoria e corregedoria devendo cada área preparar seu próprio material. A Conselheira Luciana da Cunha Araújo Matos de Oliveira, após ponderar a necessidade de um prazo para que o assunto fosse discutido com as equipes de cada área da CGE-MS e, tendo em vista a data prevista para a próxima Reunião Ordinária do CSCI, informou considerar válida a proposta, no sentido de que a mesma contribuiria para o alcance de mais pessoas e por mais tempo, evitando a necessidade de repetição de orientações e, portanto, não deveria ser descartada. O Conselheiro Roney Abadio Cândido Dias veio a declarar que neste ano de 2021 não é oportuno a implementação deste projeto em consequência de estarmos passando por uma Pandemia, diga-se, Covid-19. A Auditoria-Geral do Estado encontra-se com a grande maioria dos servidores em home-office e a demanda está elevada, podendo prejudicar as atividades-fim do setor. O Conselheiro Álvaro Carneiro de Oliveira Neto manifestou-se nesse mesmo sentido de que não é oportuno este ano e acrescentou que há carência na

Controladoria-Geral do Estado com relação aos equipamentos utilizados para editar esses vídeos. A Conselheira Simone César de Andrade Correia manifestou concordância direta com o conselheiro Roney Abadio Cândido Dias. Este Secretário-Executivo Natalino Gonçalves de Almeida deu a sugestão de construir videoaulas explicando o funcionamento do controle interno do Poder Executivo Estadual, desde o início, sua evolução e funcionamento geral e, posteriormente, cada área-fim explica seus trabalhos. Além disso, expôs que ao CEOT compete a rotina operacional deste projeto. Sendo que a divulgação das videoaulas, poderá ser feita no site da Controladoria-Geral do Estado. Após deliberação, o CSCI, tem que definir qual a estrutura e o equipamento utilizado para a concretização do projeto. A Presidente sugeriu que o CEOT cuide da metodologia a ser aplicada, a rotina operacional dessas videoaula, mas que cada área-fim apresente seus projetos. Feita a leitura da proposição, da implantação de videoaulas padronizadas da CGE, foi aberta a discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Todos os Conselheiros votaram a favor da implementação das videoaulas padronizadas com o fim de explanar sobre as atribuições básicas do Controle Interno Estadual em plataforma digital. Foi decidido que os prazos, planejamento e os responsáveis para trabalhar na implantação das videoaulas serão colocadas em Pauta na 2ª Reunião Ordinária do CSCI, prevista para o dia 16 abril de 2021, sexta-feira. Após deliberação e votação realizada sobre as videoaulas padronizadas, o Conselheiro Roney Abadio Candido Dias abriu a pauta sobre o assunto referente ao teletrabalho, utilização de equipamentos de informática da Controladoria-Geral do Estado aos servidores. Após a primeira explanação, a Presidente do CSCI destacou que os equipamentos da CGE devem ser cedidos apenas àqueles que possuem comorbidades, pois a instituição supracitada não pode exigir que esses servidores compareçam presencialmente para trabalhar. Foi autorizado por ela e pelo Controlador-Geral do Estado, Carlos Eduardo Girão de Arruda que, quando o servidor possuir comorbidades e não tiver os equipamentos básicos para atuação profissional em home office, a instituição pode ceder. Nos demais casos em que não há comorbidades, não haverá cedência destes equipamentos, pois o Decreto prevê que para o trabalho em home office, necessitam ter a estrutura, caso contrário, compareçam à instituição. A Presidente, respondendo à dúvida do Conselheiro Roney, informou que servidores que têm mais de 60 (sessenta) anos e possuem comorbidades, não precisam fazer a solicitação de home office; apenas os que possuem menos de 60 (sessenta) anos e possuem comorbidades, há a necessidade de fazer a solicitação formal. O Conselheiro Roney Abadio Candido Dias, informou que solicitará ao ASTI que retomem os equipamentos dos servidores da auditoria que não possuem esse direito, ou seja, não possuem comorbidades e seguir o Decreto. 3 – COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS: não houve manifestação dos presentes; 4 – ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 1ª Reunião Ordinária do CSCI, da qual, eu, Natalino Gonçalves de Almeida, Secretário-Executivo, lavrei a presente Ata, que será divulgada em www.cge.ms.gov.br e as assinaturas dos membros estão dispensadas, uma vez que o registro, em razão da Pandemia, foi feito em gravação através da Plataforma Microsoft Teams.

Presidente:

Marina Hiraoka Gaidarji – Controladora-Geral Adjunta do Estado

Secretário-Executivo:

Natalino Gonçalves de Almeida – Secretário-Executivo

Membros Natos:

Álvaro Carneiro de Oliveira Neto – Ouvidor-Geral do Estado

Luciana da Cunha Araujo de Matos Oliveira – Corregedora-Geral do Estado

Roney Abadio Cândido Dias – Auditor-Geral do Estado

Membros titulares:

Juliana Silva Barbosa – Auditora do Estado

Claudemir Moraes Honório – Auditor do Estado – Suplente

Simone César de Andrade Correa – Auditora do Estado